

Apresentação do dossiê temático "A Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura e o pensamento crítico nas margens: anti-colonialismo, imperialismo e luta de classes"

Helena Martins

Professora do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Telas - Laboratório de Pesquisa em Economia, Tecnologia e Políticas da Comunicação. Editora da Revista EPTIC.

Contato: helena.martins@ufc.br

Manoel Dourado Bastos

Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Membro do Obscom-CEPOS. Coordena o Laboratório CUBO - Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo. Presidente da Ulepicc-Brasil (2020-2022).

Contato: manoel.bastos@gmail.com



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual

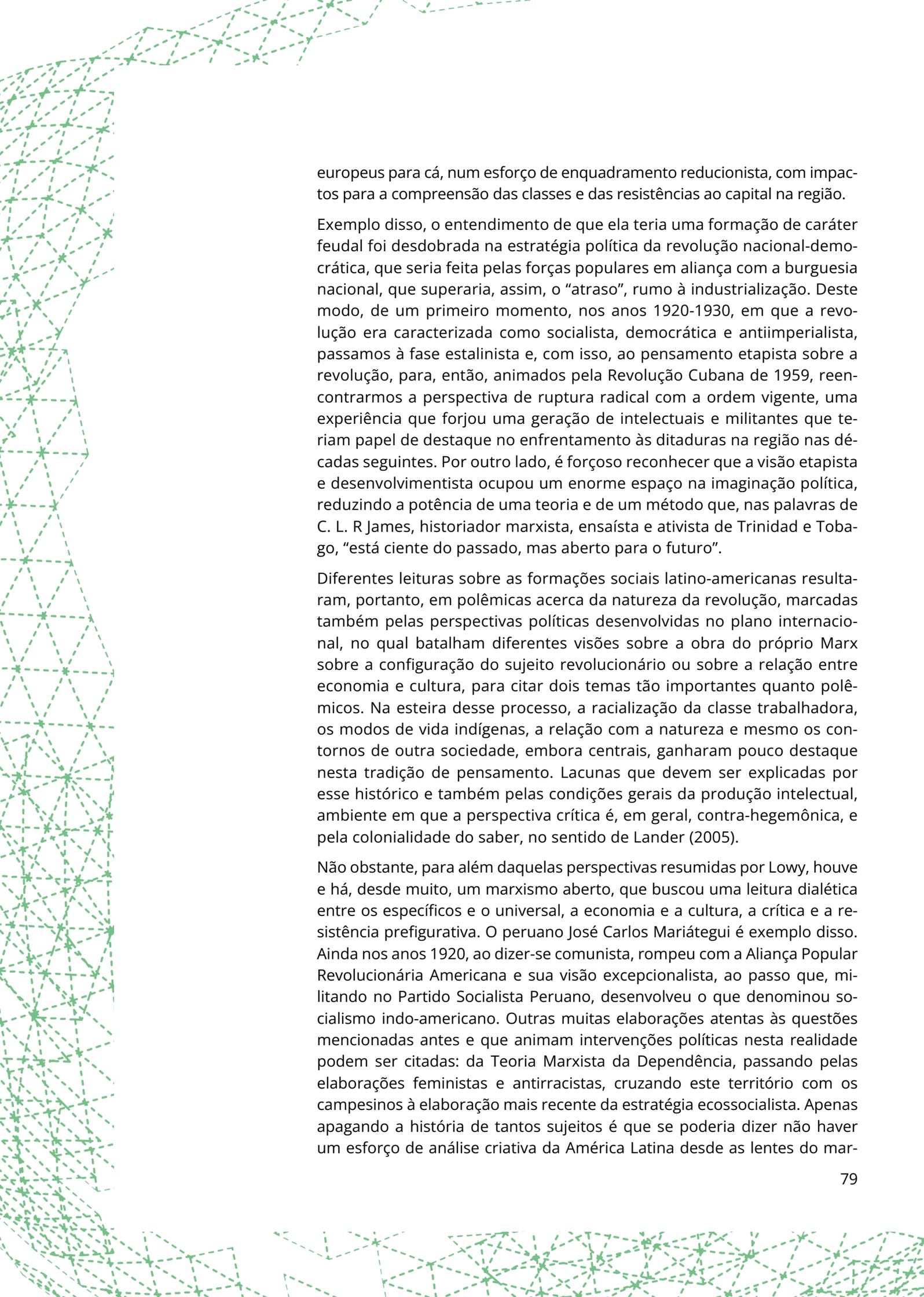


O que pode o pensamento marxista diante da América Latina? Era mais ou menos uma questão assim que se colocara Ruy Mauro Marini (2005) no início de sua *Dialética da Dependência*. Certamente, o pensador brasileiro tinha muita consciência de que não era o primeiro a postular o problema. Contudo, à medida em que seu engajamento intelectual também estava interessado em avaliar a exposição de Marx como método, para além da aplicação dos postulados e categorias do pensador alemão, o problema ganhava novos contornos. A solução para as questões de método, claro, Marini as encontrou no fato de que, reconhecendo a América Latina como uma dinâmica capitalista, com suas particularidades, ela certamente encontraria seu lugar na crítica da economia política como Marx a propôs. Desse encontro, de qualquer modo, não há como “Marx” sair o mesmo.

Ora, há pelo menos 100 anos, o pensamento crítico e as lutas que se desenvolvem na América Latina dialogam com o marxismo, tradição que, nesta ampla e diversa região, renova-se no encontro com outras perspectivas e práticas de resistência. Dado o atual cenário de profunda crise do capitalismo, para a qual contribuem as formas assumidas pela comunicação e pela cultura no neoliberalismo, resta evidenciada uma vez mais a necessidade de alternativas sistêmicas. Renovamos, assim, a pergunta de Marini, partindo do entendimento de que o marxismo mostra-se relevante, uma vez mais, por fomentar a compreensão crítica da totalidade histórica e desdobrar-se em ação contestadora, ainda que suas lacunas devam ser visualizadas e superadas.

Vivemos uma etapa de generalização da produção mercantil, de conexão de países a partir das teias de poucas corporações transnacionais, de constituição de um sistema de cultura que se torna cada vez mais global. A partir de Marx e de sua crítica do “universal que paira”, da negação da linearidade histórica que é avessa à possibilidade da revolução, e no diálogo com outras visões críticas, podemos situar, enriquecer e propor saídas para nossas realidades, articulando as heterogeneidades, sem cair em particularismos pouco explicativos da complexa dinâmica atual. O chamado a pensar outro projeto a partir das margens se dá, pois, não pela negação do caráter mundial do capitalismo, mas porque daqui o poder e as contradições sistêmicas revelam-se de forma nítida e, mesmo, insuperáveis nos marcos do atual projeto de sociedade.

Sendo uma teoria viva, permeada por diferenças analíticas e marcada pela relação com as lutas e com as distintas estratégias políticas, o marxismo latino-americano é melhor expresso no plural. Em sua antologia sobre o tema, Michael Lowy (2016) argumenta que o marxismo na América Latina foi “ameaçado” por duas tentações opostas: o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo. O primeiro, ao absolutizar a especificidade histórica, cultural e da estrutura social, acaba por criticar o próprio marxismo, que passa a ser tratado, nessas leituras, como uma teoria exclusivamente europeia. O segundo, que o autor e militante socialista considera devastador, transpôs mecanicamente os processos históricos e os modelos de desenvolvimento



européus para cá, num esforço de enquadramento reducionista, com impactos para a compreensão das classes e das resistências ao capital na região.

Exemplo disso, o entendimento de que ela teria uma formação de caráter feudal foi desdobrada na estratégia política da revolução nacional-democrática, que seria feita pelas forças populares em aliança com a burguesia nacional, que superaria, assim, o “atraso”, rumo à industrialização. Deste modo, de um primeiro momento, nos anos 1920-1930, em que a revolução era caracterizada como socialista, democrática e antiimperialista, passamos à fase estalinista e, com isso, ao pensamento etapista sobre a revolução, para, então, animados pela Revolução Cubana de 1959, reencontrarmos a perspectiva de ruptura radical com a ordem vigente, uma experiência que forjou uma geração de intelectuais e militantes que teriam papel de destaque no enfrentamento às ditaduras na região nas décadas seguintes. Por outro lado, é forçoso reconhecer que a visão etapista e desenvolvimentista ocupou um enorme espaço na imaginação política, reduzindo a potência de uma teoria e de um método que, nas palavras de C. L. R James, historiador marxista, ensaísta e ativista de Trinidad e Tobago, “está ciente do passado, mas aberto para o futuro”.

Diferentes leituras sobre as formações sociais latino-americanas resultaram, portanto, em polêmicas acerca da natureza da revolução, marcadas também pelas perspectivas políticas desenvolvidas no plano internacional, no qual batalham diferentes visões sobre a obra do próprio Marx sobre a configuração do sujeito revolucionário ou sobre a relação entre economia e cultura, para citar dois temas tão importantes quanto polêmicos. Na esteira desse processo, a racialização da classe trabalhadora, os modos de vida indígenas, a relação com a natureza e mesmo os contornos de outra sociedade, embora centrais, ganharam pouco destaque nesta tradição de pensamento. Lacunas que devem ser explicadas por esse histórico e também pelas condições gerais da produção intelectual, ambiente em que a perspectiva crítica é, em geral, contra-hegemônica, e pela colonialidade do saber, no sentido de Lander (2005).

Não obstante, para além daquelas perspectivas resumidas por Lowy, houve e há, desde muito, um marxismo aberto, que buscou uma leitura dialética entre os específicos e o universal, a economia e a cultura, a crítica e a resistência prefigurativa. O peruano José Carlos Mariátegui é exemplo disso. Ainda nos anos 1920, ao dizer-se comunista, rompeu com a Aliança Popular Revolucionária Americana e sua visão excepcionalista, ao passo que, militando no Partido Socialista Peruano, desenvolveu o que denominou socialismo indo-americano. Outras muitas elaborações atentas às questões mencionadas antes e que animam intervenções políticas nesta realidade podem ser citadas: da Teoria Marxista da Dependência, passando pelas elaborações feministas e antirracistas, cruzando este território com os camponeses à elaboração mais recente da estratégia ecossocialista. Apenas apagando a história de tantos sujeitos é que se poderia dizer não haver um esforço de análise criativa da América Latina desde as lentes do mar-



xismo. Discussões que têm crescido no presente (sobre raça e etnia, uma interessante reunião de textos históricos e de novas perspectivas pode ser conferida em Enrico e Martuscelli, publicada em 2021).

Mesmo na Comunicação, tal esforço é notório, em que pese o fato do campo ter sido marcado pela presença da teoria funcionalista norte-americana, resultante da própria expansão do mercado publicitário dos Estados Unidos (BERGER, 1999) e legitimadora da indústria cultural. Na segunda metade do século XX, as pesquisas em Comunicação foram influenciadas pela perspectiva da “comunicação para o desenvolvimento” de Wilbur Schramm, com seu olhar econômico assentado na economia neoclássica, que acabou se tornando hegemônica no Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (Ciespal). Este apenas em meados dos anos 1970 incorporou a “consciência do subdesenvolvimento” (BASTOS, 2020), com impactos na análise das desigualdades dos fluxos comunicacionais, que ganhavam espaço também em âmbito internacional, a partir da Unesco.

Do embate com a perspectiva funcionalista surgiram as chamadas teorias da dependência ou imperialismo culturais, que buscavam particularizar a situação da América Latina na divisão internacional do trabalho e destacar o papel da ideologia na manutenção da dependência cultural. Ainda que a partir de uma ideia limitada de desenvolvimento nacional e da dicotomia entre ideologia e economia, seu desenvolvimento demonstra a preocupação com a região e tentativas de formular caminhos para a superação das desigualdades resultantes do capitalismo.

Por outras vias, muito foi elaborado, no diálogo com o marxismo, sobre a cultura, seja a partir do Partido Comunista Brasileiro, do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes ou dos jornais alternativos, conforme discutido em obras como *Intelectuais brasileiros e marxismo* (KONDER, 1991) e *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil* (RUBIM, 1995). Em um movimento de combinação entre teoria e prática, a comunicação popular e a crítica ao papel da mídia na política ganharam uma importância tal que fizeram a teoria da comunicação ser, apesar de contexto e daquelas teorias hegemônicas, “crítica, perplexa, de intervenção e de denúncia”, como sintetiza Christa Berger (1999).

Nesse processo, a análise do “fator subjetivo” necessário à passagem para o socialismo ganhou fôlego, inspirando diferentes vertentes críticas e aquelas iniciativas de organização contra-hegemônica em torno da cultura. Esse foi o “caldo cultural” em que foi forjada inicialmente, aqui, a própria Economia Política da Comunicação (EPC) no Brasil, que ganhou contornos próprios ao conferir uma mirada dialética à relação entre economia e ideologia, ao desenvolver um método de apreensão próprio e enfrentar temas como a concentração midiática em torno de grupos privados, cenário diferente daquele dos países europeus e, como tal, pouco problematizado por análises associadas à EPC naquele continente.



Assim, se é fato que a EPC é marcada por análises que se voltam à crítica sistêmica da comunicação, seria reducionista impor a ela a alcunha de economicista. Quando miramos o campo marxista na Comunicação, para além da EPC, vemos ainda mais trabalhos sobre ideologia e contra-hegemonia na comunicação e na cultura, em geral. Exemplo notório disso é a larga produção de Armand Mattelart desde o início de 1970, quando no Chile, a exemplo do livro escrito em parceria com Ariel Dorfman, *Para ler o Pato Donald*, e de seu trabalho sobre as frentes culturais no governo de Salvador Allende, iniciativa da qual tomou parte.

A ênfase na crítica dos sistemas de comunicação e das relações de poder se impôs em um período em que boa parte do pensamento social afastava-se de tais questões, acompanhando a redemocratização da região e a ascensão do neoliberalismo. Esse deslocamento refletiu também a importação de teorias marcadamente pós-modernas que, se acertaram ao apontar lacunas no pensamento crítico, acabaram levando à redução da crítica e à aposta em uma convivência com as estruturas que sustentam o capitalismo, ao enfatizarem as práticas de negociação para a sobrevivência neste cenário. Expressando tal movimento, os chamados estudos culturais latino-americanos deixaram de dar centralidade à problemática do poder, optando preferencialmente por estudos sobre recepção e apontando as mediações mais aparentes. Com isso, aproximaram-se progressivamente de algo que o próprio Martín-Barbero (1995) apontou como risco: desligar os estudos de recepção dos processos de produção, desconsiderando a economia da produção e o poder ideológico.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, animados pelas utopias em torno da internet, diferentes vertentes trataram da superação das contradições no que seria a nova “sociedade da informação” ou destacaram os processos de produção desde baixo, fazendo crer que problemas como manipulação e concentração haviam sido superados. A ênfase nas relações de consumo ganhou lastro com políticas públicas de inclusão de setores pauperizados, resultantes da ascensão de governos progressistas que animaram a pretensão de reparação de desigualdades sociais, ainda que numa combinação de políticas públicas com a manutenção do extrativismo. A ideia da transformação deles em consumidores ganhou legitimidade teórica com elaborações como a de Canclini (2009), que, ao discutir o consumo para além de sua relação com a circulação da mercadoria, chega a tomá-lo como um marco da cidadania. Isso para não falar da ideologia propriamente neoliberal que também se fez presente no campo. Diante desse cenário, como interroga McChesney (2008), “que lugar poderia ter a economia política se as sociedades eram mais bem geridas pelos mercados”? Que lugar poderia, afinal, ter o marxismo, após o fim da União Soviética, a queda do muro de Berlim e diante de teses sobre o fim das grandes narrativas ou mesmo da história?

Ocorre que as últimas décadas mostraram a permanência das contradições do sistema e a dramaticidade de suas repercussões. Da crise de 2007-8 à pandemia, passando pela crise ambiental, alcançando as disputas imperia-



listas que se apresentam em guerras, processos que deterioram as condições de vida da população, o que vemos é uma situação alarmante. A ascensão de governos autoritários que chegam ao poder com seu combo de políticas econômicas de austeridade e perspectivas sociais reacionárias é sintoma disso. Um contexto que resulta também da permanência do poder da mídia, elemento central de golpes como os que ocorreram no Brasil e na Bolívia, e de sua crescente concentração em âmbito transnacional, como parte da reorganização do sistema de mediação social.

Em meio a tantos conflitos, há a eclosão de protestos massivos, à esquerda e à direita, ora exaltando novas capacidades de organização, ora sob a acusação de interferências políticas estrangeiras. Tal cenário incerto mobiliza leituras diversas, com destaque atualmente para o pensamento decolonial, que tem suscitado discussões e experiências importantes junto a movimentos sociais e nos círculos universitários, tendo em vista os avanços do capitalismo sobre os bens comuns, as comunidades tradicionais e seus conhecimentos, bem como as resistências a todo esse processo, muitas delas relacionadas aos modos de vida. Em linhas gerais, a partir dele, o momento de crise do capital é reconhecido segundo uma reconfiguração do poder colonial, diante da qual a espoliação contínua e racializada de povos subalternizados desencadeia, por outro lado, um enfrentamento pautado pela defesa de conhecimentos ancestrais e modernidades alternativas.

Muito desse pensamento é tributário de movimentos e formulações marxistas, como as trajetória de intelectuais como Aníbal Quijano e Enrique Dussel mostram. Há, sabemos, críticas ao marxismo - algumas das quais se fecham ao diálogo, seja por não se tratar de uma teoria de matriz latino-americana ou por negar a totalidade das relações sociais. As divergências repercutem também nas estratégias políticas. Vemos, assim, o elogio das formas de resistência em ato, sem a perspectiva de elaboração de um programa que promova uma visão mais geral e orgânica das lutas, em uma deriva não muito distante da pós-moderna de décadas atrás. Na comunicação, essa ênfase repete o "risco" mencionado antes, ao tratar das produções de povos historicamente espoliados, sem relacioná-las à hegemonia operada pelas corporações - essencialmente norte-americanas -, que conformam os espaços em geral utilizados para que os mais diversos grupos expressem suas resistências, como as plataformas de redes sociais, as quais, desde as lentes do marxismo, não podem ser vistas como instrumentos neutros.

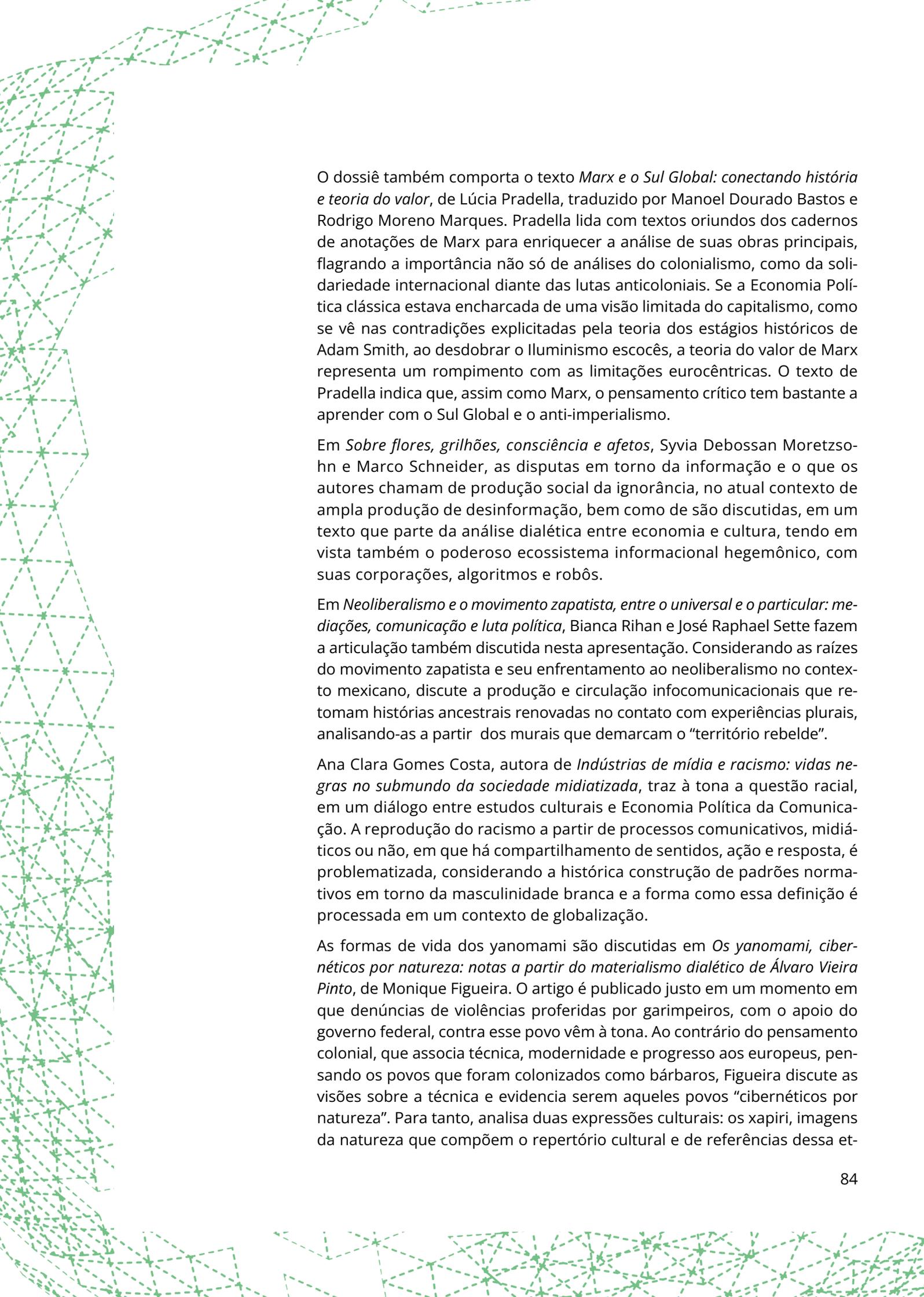
Há, por outro lado, encontros que se dão nas resistências e em leituras que convergem com as que temos desenvolvido, por exemplo no que tange à centralidade da disputa epistemológica e em relação à inserção da América Latina no capitalismo. No centro do pensamento decolonial está a crítica à produção de um conhecimento afeito e legitimador do capitalismo, assentado em teses sobre modernidade, desenvolvimento, racionalidade e raça. Um bom exemplo disso é a crítica de Lander (2005) às pretensões de objetividade e neutralidade do conhecimento e sua busca por alternativas à con-



formação excludente do mundo moderno. Ora, a tradição marxista faz a crítica da subsunção da ciência aos interesses do capital, processo que resulta da incorporação dos conhecimentos dos próprios trabalhadores (podemos pensar como também um epistemicídio), e se coloca na defesa de uma ciência portadora de projetos e valores, afinal, desde Marx afirma que a questão não é apenas interpretar o mundo, mas transformá-lo. No caso da EPC, localiza as origens das próprias teorias da comunicação norte-americana como resultantes das necessidades do capitalismo e desenvolve um olhar crítico, considerando as particularidades latino-americanas e relacionando-as às dinâmicas mais gerais. A discussão feita em *Campo aberto*, de César Bolaño (2016), em que há um debate salutar sobre a divisão entre homem e natureza, corpo e alma, é um início desse diálogo no caso brasileiro.

Cumprir notar que, antes de uma novidade, tais elaborações integram uma larga história de pensamento crítico latino-americano e do pensamento marxista, que refletiu sobre sua condição, enfrentou os desafios postos pelas desigualdades na divisão internacional do trabalho e postulou outro caminho para os países periféricos. Se, como afirmamos antes, a Economia Política da Comunicação se desdobra desse caldo conceitual, a realização de estudos que combinem EPC, anti-imperialismo, o pensamento decolonial, o combate às opressões na perspectiva marxista e outras problemáticas não só nos parece viável, como importante para a produção de pautas e perspectivas que reajam à crise do capital que nos ameaça.

Neste momento em que as esferas da comunicação, da informação e da cultura conformam um campo privilegiado para esse debate, tendo em vista a centralidade delas para a (re)configuração do capitalismo, o novo dossiê temático da Revista EPTIC propõe relacionar tais questões e reflexões, a fim de contribuir para uma apreciação emancipadora e renovadora da imaginação política. Nesse sentido, apresenta entrevista com o jornalista e professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo (USP) Dennis Oliveira, realizada pelos coordenadores deste dossiê. Oliveira é também coordenador científico do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) e do Grupo de Trabalho “Epistemologias decoloniais, territorialidades y cultura” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), bem como militante do movimento negro. A conversa teve como fio condutor seu mais recente livro: *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*, lançado pela editora Dandara, em 2020. Nele, articula o conceito de racismo estrutural à totalidade histórico-social expressa concretamente pelas dinâmicas das relações sociais no capitalismo. Dialogando com a perspectiva marxista e outras vertentes críticas, inclusive decolonial, considera o racismo na atual etapa de acumulação flexível em um país da periferia global do capitalismo como o Brasil. Questões como as lutas por representação e os enquadramentos midiáticos dela foram discutidas na entrevista, que nos auxilia a perceber as disputas que há em torno das chamadas identidades.



O dossiê também comporta o texto *Marx e o Sul Global: conectando história e teoria do valor*, de Lúcia Pradella, traduzido por Manoel Dourado Bastos e Rodrigo Moreno Marques. Pradella lida com textos oriundos dos cadernos de anotações de Marx para enriquecer a análise de suas obras principais, flagrando a importância não só de análises do colonialismo, como da solidariedade internacional diante das lutas anticoloniais. Se a Economia Política clássica estava encharcada de uma visão limitada do capitalismo, como se vê nas contradições explicitadas pela teoria dos estágios históricos de Adam Smith, ao desdobrar o Iluminismo escocês, a teoria do valor de Marx representa um rompimento com as limitações eurocêntricas. O texto de Pradella indica que, assim como Marx, o pensamento crítico tem bastante a aprender com o Sul Global e o anti-imperialismo.

Em *Sobre flores, grilhões, consciência e afetos*, Sylvia Debossan Moretzsohn e Marco Schneider, as disputas em torno da informação e o que os autores chamam de produção social da ignorância, no atual contexto de ampla produção de desinformação, bem como de são discutidas, em um texto que parte da análise dialética entre economia e cultura, tendo em vista também o poderoso ecossistema informacional hegemônico, com suas corporações, algoritmos e robôs.

Em *Neoliberalismo e o movimento zapatista, entre o universal e o particular: mediações, comunicação e luta política*, Bianca Rihan e José Raphael Sette fazem a articulação também discutida nesta apresentação. Considerando as raízes do movimento zapatista e seu enfrentamento ao neoliberalismo no contexto mexicano, discute a produção e circulação infocomunicacionais que retomam histórias ancestrais renovadas no contato com experiências plurais, analisando-as a partir dos murais que demarcam o “território rebelde”.

Ana Clara Gomes Costa, autora de *Indústrias de mídia e racismo: vidas negras no submundo da sociedade midiaticizada*, traz à tona a questão racial, em um diálogo entre estudos culturais e Economia Política da Comunicação. A reprodução do racismo a partir de processos comunicativos, midiáticos ou não, em que há compartilhamento de sentidos, ação e resposta, é problematizada, considerando a histórica construção de padrões normativos em torno da masculinidade branca e a forma como essa definição é processada em um contexto de globalização.

As formas de vida dos yanomami são discutidas em *Os yanomami, cibernéticos por natureza: notas a partir do materialismo dialético de Álvaro Vieira Pinto*, de Monique Figueira. O artigo é publicado justo em um momento em que denúncias de violências proferidas por garimpeiros, com o apoio do governo federal, contra esse povo vêm à tona. Ao contrário do pensamento colonial, que associa técnica, modernidade e progresso aos europeus, pensando os povos que foram colonizados como bárbaros, Figueira discute as visões sobre a técnica e evidencia serem aqueles povos “cibernéticos por natureza”. Para tanto, analisa duas expressões culturais: os xapiri, imagens da natureza que compõem o repertório cultural e de referências dessa et-

nia; e a ideia de valor de fertilidade, a biodiversidade atrelada ao valor de alimento, em contraponto à primazia do dinheiro.

Por fim, Camila Escudero e Flávio Santana escrevem *Comunicação, informação e cultura: a agenda de resistências e lutas de comunidades brasileiras no exterior a partir do olhar decolonial*, em que mapeiam processos, discussões, propostas e lutas de emigrantes, buscando compreender as alternativas que supram processos de subalternização, exploração e injustiças sociais.

Com a publicação desses textos, a Revista EPTIC objetiva ampliar o diálogo entre as perspectivas críticas, com vistas à formulação de ideias e ações que, partindo da análise da nossa realidade e das questões mais diretamente relacionadas à comunicação, à informação e à cultura, reflitam sobre o mundo e contribuam para impedir o seu fim.

Bibliografia

BASTOS, M. D. Indústria Cultural e capitalismo tardio: Origens da Economia Política da Comunicação no Brasil em Mercado Brasileiro de Televisão. **Chasqui**, n. 142, dez/2019-mar/2020, pp. 187-202. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4121/3212>. Acesso em 11.mai.2022.

BERGER, C. Crítica, perplexa, de intervenção e de denúncia: a pesquisa já foi assim na América Latina. **Intexto**, nº 6, abril de 2008, p. 21-36, <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3386>. Acesso em 11.mai.2022.

CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

ENRICO, D.; MARTUSCELLI, J. B. S. (org.). **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista** [livro eletrônico]. Chapecó, Santa Catarina: Ed. dos Autores, 2021. (Coleção marxismo21).

KONDER, L. **Intelectuais Brasileiros e Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LANDER, E.. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Argentina, 2005.

LOWY, Michael. **Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 5a edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTIN-BARBERO, Jesus. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social". In: SOUSA, M.W. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

McCHESNEY, R. W. **The Political Economy of Media, Enduring Issues, Emerging Dilemmas**. Nova Iorque: Montly Review Press, 2008.